



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 02/2014 – CIAS/SECOPA, NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 04/2002 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA ADTEL
TECNOLOGIA LTDA EPP E A
COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS
AÇÕES SOCIAIS – CIAS /SECRETARIA DE
ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
– SECOPA.**

PROCESSO Nº 427.000111/2013.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS – CIAS/SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014 – SECOPA**, representado por Gerência Nelcy De Bem, na qualidade de Coordenador, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e consoante a competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 33.950 de 17/10/2012, publicada no D.O.D.F de 19/10/2012, doravante denominado **CONTRATANTE** de um lado, e de outro, a empresa **ADTEL TECNOLOGIA LTDA EPP**, CNPJ nº 06.926.324/0001-31, com sede na EQS 102/103, Bloco A, Loja 147, Térreo, Centro Empresarial São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF, CEP nº 70.330-400, telefone/fax nº (61) 3051-1014/3344-0193, neste ato representado por Marcos Teixeira Barbosa, na qualidade de Sócio, RG nº 1.982.043 – SSP/DF, CPF: 474.535.161-53, doravante denominada **CONTRATADA**.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 77/2013 (fls. 234/308), da Proposta de fls. 432/447, da Lei nº 8.666 21.06.93 e da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1. O Contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção preditiva, preventiva e corretiva e sob demanda nas instalações prediais e pequenos serviços nos imóveis da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS, com mão-de-obra e fornecimento de peças e materiais, consoante especifica o Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 77/2013 (fls. 234/308), da Proposta de fls. 432/447, que passam a integrar o presente Termo Contratual.

3.2. Os custos unitários e totais dos serviços constam nas planilhas do Anexo I deste Termo.



Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

O Contrato será executado de forma indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos art. 6º e 10 da Lei nº 8.666/1993.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1. O valor total do Contrato é de até R\$ 499.999,99 (Quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), devendo a importância de até R\$ 458.333,32 ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 5.289, de 30 de dezembro de 2013, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2. Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. É admitida repactuação deste contrato, desde que seja observado o disposto na Decisão nº 6142/2013 - TCDF.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 56102

II – Programa de Trabalho: 04122600985175318

III – Natureza da Despesa: 339037

IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R\$ de R\$ 83.000 (Oitenta e três mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2014NE00004, emitida em 13/01/2014, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

7.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC;

7.3. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

7.3.1. Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;



7.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

7.3.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

7.3.4. Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de acordo com a Lei no 12.440/2011.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Da Garantia

9.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 24.999,99 (Vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso do acréscimo previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

9.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

9.1.2. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas do parágrafo anterior.

9.1.3. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.1.4. A CIAS não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.



9.1.5. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CIAS com objetivo de apurar prejuízos e/ou sanções à CONTRATADA.

9.1.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no parágrafo anterior.

9.1.7. A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pela CIAS, mediante correspondência entregue contra recibo.

9.1.8. O prazo de validade da garantia coincidirá com o da vigência contratual, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos à CIAS e/ou a terceiros.

9.1.9. A critério da CIAS poderá ocorrer a liberação da garantia proporcionalmente à execução da prestação de serviços realizada pela CONTRATADA.

9.1.10. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios de que trata o art. 827 do Código Civil Brasileiro.

9.1.11. Em se tratando de caução de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, pela Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

9.1.12. Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados no BRB – BANCO DE BRASÍLIA, à ordem do Coordenador da CIAS, conforme estabelecido nos termos do art. 144 da LODF.

9.1.13. A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: seguintes à execução dos bens do afiançado ou de outra expressão equivalente.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso ao local de realização dos serviços.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor especialmente designado. A existência da fiscalização do Executor do contrato, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da contratada na prestação dos serviços a serem executados.



10.4. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva realização mensal dos serviços realizados.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. A contratada deverá iniciar e concluir os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado no Edital e ainda:

11.5.1 Informar, por escrito e de imediato, ao Executor do contrato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, com a finalidade de assegurar rápida solução às questões gerada em face da perfeita execução contratual.

11.6. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados.

11.7. Nos termos da Decisão nº 544/2010-TCDF, a Contratada deverá fornecer no início do ajuste, a cada prorrogação e a cada alteração, arquivo, em meio magnético, contendo matrícula, nome, CPF e lotação de todos os empregados diretamente relacionados ao contrato e daqueles que fazem parte de Quadro Suplementar destinado à cobertura de mão-de-obra ausente.

11.8. A Contratada deverá cumprir todas as exigências previstas no Edital de Licitação na modalidade pregão eletrônico nº 77/2013 – CIAS/SECOPA.

Cláusula Décima Segunda – Da retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas

12.1. Com base no Decreto Distrital nº 34.649, de 10 de setembro de 2013, e, assim que for implementada a operacionalização da conta vinculada para retenção de provisões trabalhistas no âmbito do Governo do Distrito Federal, a Contratada deverá depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os percentuais incidentes sobre a remuneração para contingenciamento de encargos trabalhistas, quais sejam: 8,33% sobre o 13º salário; 12,10% sobre férias e abono de férias; 5% sobre adicional do FGTS em rescisão sem justa causa; e, 7,39% sobre 13º salário sobre férias.



- 12.2. Os depósitos de que trata o item 12.1 serão efetuados com acréscimo do lucro proposto pela contratada.
- 12.3. As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.
- 12.4. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado após a autorização do órgão ou entidade contratante, mediante comprovação da ocorrência de qualquer situação que gere o pagamento das provisões previstas no item 12.1.
- 12.5. Para a liberação parcial dos valores retidos, a empresa apresentará pedido formal ao órgão ou entidade contratante no qual conste o montante a ser liberado, acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência da situação que gere o pagamento das provisões, atestado por profissional responsável pelos cálculos.
- 12.6. Para a movimentação da conta vinculada nos casos em que ocorra demissão de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, será obrigatória a apresentação de documento de validação dos valores devidos, atestado pelo respectivo Sindicato da Categoria ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, conforme estabelece o § 1º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 12.7. Na hipótese de o empregado ser desligado da empresa com menos de 1 (um) ano de serviço, a empresa deverá apresentar documento comprobatório dos cálculos dos valores indenizatórios a que o trabalhador faça jus, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo cálculo, pelo empregador e pelo empregado.
- 12.8. O órgão ou entidade contratante poderá requerer, a seu critério, outros dados e informações e estabelecer leiautes para a remessa dos relatórios.
- 12.9. O montante da provisão a ser liberada não poderá exceder os limites individuais constituídos para cada tipo de provisão, conforme percentuais estabelecidos neste instrumento, não sendo admitido o pagamento de uma provisão com recursos constituídos para outra.
- 12.10. Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à empresa contratada mediante autorização do órgão ou entidade contratante.
- 12.11. Para a liberação do saldo da conta vinculada a empresa deverá, obrigatoriamente, comprovar a quitação de todas as provisões objeto do item 12.1 e apresentar declaração formal do Sindicato da Categoria correspondente aos serviços contratados, que ateste a quitação de todos os direitos trabalhistas.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

- 13.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 13.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações



orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

14.2. A CONTRATADA que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita também às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão Administrativa

O Contrato poderá ser rescindido de forma amigável (consoante os casos previstos no Art. 78 incisos XIII a XVI da Lei 8666/1993), bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão Unilateral

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sétima – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de documento formal, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo órgão licitante.



Cláusula Vigésima – Do Foro e outras providências

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Pelo Distrito Federal:

Gerêncio Nelcyr De Bem
Coordenador – CIAS

Pela Contratada:

Marcos Teixeira Barbosa
Sócio

Testemunhas: